



PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL H

Setor Portuário - Marítimo



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Documento:	Caderno Setorial H: Setor Portuário - Marítimo
Versão:	1.0
Lançamento:	06/2024
Autora:	FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota – Fortaleza/CE - CEP 60.120-024 (85) 3421.4201 esg@sfiec.org.br

A elaboração deste material contou com a consultoria e a assessoria da [BUREAU VERITAS](#)



© 2024 Todos os direitos reservados

Documento sujeito a revisão.
Consulte o website do Programa do Selo ESG-FIEC para identificar e ter acesso à versão em vigor.

Sumário

ORIENTAÇÕES	4
TÓPICOS DE INDICADORES	5
ENVIRONMENTAL	6
HE 01 : Qualidade do ar	6
HE 02 : Prevenção à contaminação dos solos, águas superficiais e subterrâneas e dragagem	8
HE 03 : Água de lastro	10
HE 04 : Biodiversidade aquática e preservação de áreas legalmente protegidas	12
HE 05 : Análise de risco	14
SOCIAL	16
HS 01 : Segurança Marítima e Prevenção de Acidentes	16
HS 02 : Desenvolvimento local e Relacionamento com as comunidades	20
HS 03 : Investimento Social Privado (ISP)	24
GOVERNANÇA	26
HG 01 : Eficiência Operacional	26
HS 02 : Inspeção de Cargas de Containers	30

ORIENTAÇÕES

[a] Este caderno apresenta um conjunto de indicadores destinados especificamente ao setor portuário, abrangendo as atividades portuárias brasileiras, que incluem armazenagem, carregamento, gerenciamento de estoque de produtos e administração de itens sujeitos a transporte marítimo. Além disso, aborda a gestão da infraestrutura e da superestrutura, que engloba equipamentos como guindastes, esteiras e armazéns utilizados na movimentação e armazenagem de mercadorias. Esses elementos compõem a superestrutura portuária, responsável pela gestão e controle das operações portuárias, envolvendo agentes como Autoridade Portuária, Conselho de Autoridade Portuária, Autoridade Aduaneira, Prestadores de Serviços Operacionais (PSO) e empresas que atuam na movimentação e transporte de cargas dentro da área portuária.

A tabela a seguir apresenta exemplos de atividade elegíveis a certificação por meio deste Caderno:

SETOR	EXEMPLOS DE ATIVIDADES
Marítimo	Carga e descarga de embarcações; operadora portuária; serviços de operadores portuários; serviços de operação portuária; serviços de operações de terminais; exploração de serviços de portos, terminais marítimos, atracadouros. Transporte marítimo cabotagem de carga, realizado entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima

[b] Não é objeto do Programa ESG-FIEC a certificação de um procedimento em específico, mas sim os processos da empresa como um todo, sejam eles administrativos ou operacionais. As atividades da empresa devem estar alinhadas com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, nos seus mais variados níveis hierárquicos e departamentos.

[c] **Não são elegíveis** para participação no Programa ESG-FIEC as empresas do segmento que não possuam ao menos 12 (doze) meses contínuos de operação; portos fluviais ou qualquer outro tipo que não seja o marítimo; serviços de gestão de terminais de passageiros; serviços de gestão e operação de terminais aquaviários de pesca; serviços de gestão e operação de terminais aquaviários de turismo; atividades de agenciamento marítimo.

TÓPICOS E INDICADORES

Environmental (Ambiental)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Poluição	HE 01	Qualidade do ar
	HE 02	Prevenção à contaminação dos solos, águas superficiais e subterrâneas e dragagem
	HE 03	Água de lastro
Biodiversidade	HE 04	Biodiversidade aquática e preservação de áreas legalmente protegidas
Impacto e Gestão	HE 05	Análise de risco

Social (Social)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional	HS 01	Segurança Marítima e Prevenção de Acidentes
Gestão de Impactos Sociais	HS 02	Desenvolvimento Local e Relacionamento com as comunidades
	HS 03	Investimento Social Privado (ISP)

Governance (Governança)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Desenvolvimento do negócio	HG 01	Eficiência operacional
Segurança aduaneira	HG 02	Inspeção de cargas de containers



ENVIRONMENTAL (Ambiental)



HE 01: Qualidade do ar

Tópico: Poluição

	<div>Não conforme</div> <p>A empresa não monitora suas emissões atmosféricas e/ou material particulado provenientes de suas atividades.</p> <div>0</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>A empresa monitora suas emissões atmosféricas, ou seja, a) Para fumaça preta, possuem o monitoramento dos equipamentos e máquinas movidos a diesel, como também das embarcações, se aplicável, com realização de manutenções periódicas; b) realizam também o monitoramento dos materiais particulados, como poeiras nos descarregamentos de cargas sólidas ou em grãos (se aplicável). Seguem as normativas específicas para o setor e condicionantes da licença ambiental.</p> <div>0</div> <div>OBRIGATÓRIO</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a organização mantém uma revisão periódica trimestral ou, no máximo, semestral. Além disso, busca minimizar deslocamentos desnecessários de funcionários e materiais, priorizando a eficiência logística. Adicionalmente, investe em inovação de processos e materiais com baixa ou nenhuma emissão de gases e/ou particulados, promovendo assim práticas mais sustentáveis.</p> <div>8</div>

	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a organização prioriza o desenvolvimento de fornecedores locais, buscando orientá-los e engajá-los na redução das emissões atmosféricas. Isso inclui diretrizes claras para garantir que os fornecedores estejam alinhados com os valores orientadores estabelecidos pela legislação específica do setor, evitando ultrapassagens que possam impactar negativamente o meio ambiente e a comunidade local. Esse compromisso demonstra uma abordagem proativa em promover práticas sustentáveis em toda a cadeia de suprimentos.</p> <div>10</div>
--	--

Descrição

A poluição atmosférica pode ser definida como qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, concentração, tempo ou características que possam tornar o ar impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e à flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e à qualidade de vida da comunidade.

De uma forma geral, a qualidade do ar é produto da interação de um complexo conjunto de fatores dentre os quais destacam-se a magnitude das emissões, a topografia e as condições meteorológicas da região, favoráveis ou não à dispersão dos poluentes.

Dica: O monitoramento de fumaça preta geralmente é conduzido utilizando a Escala de Ringelmann. Para controlar as emissões de materiais particulados, são implementadas medidas de redução para mitigar a poeira associada às atividades portuárias.

Legislação: Resolução CONAMA nº 005/1989, Resolução CONAMA nº 008/1993; Portaria MMA nº 424/2011; dentre outros aplicáveis.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os relatórios de monitoramento de emissões atmosféricas atualizados, no máximo do ano anterior ao da auditoria. Para as empresas que atendem a condicionantes ambientais, devem apresentar os protocolos dos respectivos relatórios aos órgãos ambientais competentes.

Além disso, a organização deve mostrar que não ultrapassa os valores orientadores preconizados nas legislações pertinentes ao setor e mostrar as medidas de controle realizadas para minimizar as emissões atmosféricas (fumaça preta e poeira). Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo e de Máquinas das embarcações.



ENVIRONMENTAL

(Ambiental)

ODS relacionado



HE 02: Prevenção à contaminação dos solos, águas superficiais e subterrâneas e dragagem

Tópico: Poluição

Não conforme

A empresa não realiza monitoramento nem o controle de ações que possam causar poluição relacionada às suas atividades e que possam contaminar os solos, águas superficiais e subterrâneas.

0

Sensibilizada

A empresa realiza as seguintes ações: a) trata os efluentes sanitários nas instalações portuárias e nas embarcações, sendo neste último caso, após o devido tratamento, as águas tratadas devem ser lançadas ao mar a mais de 3 milhas náuticas da terra mais próxima (MARPOL 73/78 - Anexo IV); b) disponibiliza separadores de água e óleo (SAO), tanto nas embarcações quanto nas instalações físicas, para o tratamento físico das águas oleosas, onde o óleo retido no SAO deve ser retirado e armazenado corretamente para posterior descarte ambientalmente adequado; c) não armazena nenhum tipo de produto ou resíduo diretamente no solo; d) não realiza nenhum lançamento de efluentes ou águas residuárias diretamente no mar; e) possui um plano conceitual de dragagem com a devida licença; f) monitora a dinâmica das feições costeiras, de modo a evitar erosões e deposição sedimentar; g) possuir kits de mitigação, kit SOPEP e meios de controle para eventuais vazamentos de produtos perigosos; h) disponibiliza instalações elétricas (transformadores) e dispositivos de contenção quanto ao seu acondicionamento (óleos isolantes); i) atende as legislações ambientais pertinentes.

0

OBRIGATÓRIO

Consciente

Além de atender ao nível anterior, possui um sistema de gestão ambiental que gerencia todas as atividades e seus respectivos impactos negativos que possam causar qualquer tipo de poluição de modo a minimizar e/ou mitigar tais impactos ao meio ambiente.

8

Engajada

Além de cumprir o nível anterior, a organização se empenha em envolver seus colaboradores e toda a cadeia de valor por meio de iniciativas de conscientização e divulgação de ações com o objetivo de minimizar qualquer tipo de poluição que possa ser causada pela empresa como parte intrínseca de suas atividades.

10

Descrição

A Zona Costeira abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem um caráter de fragilidade e que requerem, por isso, atenção especial.

Os impactos das operações de manuseio, transporte e armazenagem de cargas, bem como das atividades e dos serviços de manutenção da infraestrutura, abastecimento e reparo de embarcações e veículos em geral, quando feitos de forma inadequada, podem gerar resíduos sólidos e líquidos, poluição do ar, da água e do solo.

O correto acondicionamento de produtos perigosos, assim como dispositivos de contenção em caso de possíveis vazamentos é imprescindível. Exemplos são óleos isolantes utilizados em transformadores, como o ascarel, pertencente ao grupo de compostos orgânicos sintéticos conhecidos como PCB. Conforme a Portaria Interministerial MIC/MI/MME nº 19, de 29/01/1981, o uso de ascarel está proibido. Esses compostos não são biodegradáveis e tendem a acumular-se em tecidos vegetais e animais. Seus resíduos são tóxicos e possuem reconhecida ação carcinogênica. Desta forma deve-se preservar o ambiente aquático, além de prevenir fatores que possam gerar riscos até mesmo a saúde da população, ou seja, buscando a proteção universal para o bem de todos.

Legislação: Convenção MARPOL 73/78; Resolução CONAMA Nº 454, de 1º de novembro de 2012; Decreto Legislativo nº 148/2010; Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000; Portaria Interministerial MIC/MI/MME nº 19, de 29/01/1981; Lei nº 6.938/1981; Lei Complementar nº 140/2011, altera a lei 6.938/1981; in nº 31/09 IBAMA; Lei nº 9.966/2000 (Lei do óleo); ANTAQ nº 2.239/2011; Resolução CONAMA nº 398/2008; Portaria MMA nº 424/2011.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os relatórios dos monitoramentos atuais, no máximo do ano anterior ao da auditoria; livro de registro de óleo (Lei 9966/2000), dentre outras evidências que comprovem as medidas de controle implementadas e cumprimento das legislações vigentes aplicáveis. Para as empresas que atendem as condicionantes ambientais, deverão apresentar os protocolos de entrega dos respectivos relatórios aos órgãos ambientais competentes.

Além disso, a organização deve mostrar que não ultrapassa os valores orientadores preconizados nas legislações pertinentes ao setor. Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo e de Máquinas das embarcações.

ENVIRONMENTAL (Ambiental)

ODS relacionado



HE 03: Água de lastro

Tópico: Poluição

Não conforme

Não há nenhum controle e/ou gerenciamento em relação à localização do lastro e deslastro das águas das embarcações.

0

Sensibilizada

As águas de lastro das embarcações devem ser armazenadas em tanques segregados, cujas localizações de lastro e deslastro devem ser respeitadas e registradas de forma clara e de fácil visualização.

A empresa deve obedecer a Norma da Autoridade Marítima para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios - NORMAN – 20/DPC, a qual a Diretoria de Portos e Costas (DPC) estabelece o controle da troca da Água de Lastro por meio de um Plano de Gerenciamento da Água de Lastro.

0

OBRIGATÓRIO

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui inspeções a bordo e nos tanques de lastro para identificar se houve ou não a troca oceânica antes de atracar os navios no porto; elaborar um estudo de análise do risco de bioinvasão de acordo com técnica de avaliação desenvolvida pelo programa Globallast (por exemplo); realizar conscientização junto às comunidades do entorno e a todos os tripulantes das embarcações que operam no porto.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, deve-se ter o engajamento das partes interessadas estratégicas no planejamento e na gestão ambiental sobre o tema; realizar um levantamento detalhado da biodiversidade local e o monitoramento de espécies invasoras na região do porto, bem como, propor medidas tecnológicas a partir de pesquisas científicas sobre o tema.

Adoção da Convenção Internacional para o Controle e Gestão de Água de Lastro e Sedimentos de Navios (tratado internacional elaborado pela Organização Marítima Internacional (IMO) para abordar o problema da transferência de espécies aquáticas invasoras por meio da água de lastro dos navios).

10

Descrição

Desde a introdução dos navios com casco de aço, a água tem sido utilizada como lastro para estabilizar os navios no mar. A água de lastro é bombeada para manter condições operacionais seguras durante a viagem. Essa prática reduz o estresse no casco, proporciona estabilidade transversal, melhora a propulsão e a manobrabilidade e compensa alterações de peso em diversos níveis de carga de carga e devido ao consumo de combustível e água.

Embora a água de lastro seja essencial para operações marítimas modernas seguras e eficientes, ela pode representar sérios problemas ecológicos, econômicos e de saúde, devido à multiplicidade de espécies marinhas transportadas na água de lastro dos navios. Estes incluem bactérias, micróbios, pequenos invertebrados, ovos, cistos e larvas de várias espécies. As espécies transferidas podem sobreviver para estabelecer uma população reprodutiva no ambiente hospedeiro, tornando-se invasoras, superando as espécies nativas e multiplicando-se em proporções de pragas.

Legislação: Decreto Legislativo nº 148/2010;; Convenção de Marpol 73/78, quando aplicável; Convenção BWM que entrou em vigor em 8 de setembro de 2017 (IMO – International Maritime Organization); Norma da Autoridade Marítima (NORMAM – 20); Resolução A.868(20); NORMAM nº 08 de 2003;; Decreto Federal nº 04.136 de 2002.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os relatórios de monitoramento e/ou controle. Em caso de atendimento a condicionante ambiental, deverão apresentar também os protocolos de entrega dos respectivos relatórios aos órgãos ambientais competentes.

Além disso, a organização deve demonstrar todas as ações realizadas sobre esse tema. Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo das embarcações.

ENVIRONMENTAL (Ambiental)

HE 04: Biodiversidade aquática e preservação de área legalmente protegidas

Tópico: Biodiversidade

ODS relacionado



Não conforme

Não há nenhum controle e/ou gerenciamento em relação à biodiversidade aquática e preservação de áreas legalmente protegidas.

0

Sensibilizada

Atende as condicionantes solicitadas na licença ambiental, quando aplicável, com implementação de programas voltados a biodiversidade e conservação de áreas protegidas; e atende outras legislações aplicadas ao Porto para o tema biodiversidade.

Respeita as áreas legalmente protegidas e não possui Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Caso haja algum TAC em vigor, este deve estar em processo de finalização.

0

OBRIGATÓRIO

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui políticas e procedimentos, bem como, um sistema de gestão para o adequado gerenciamento das ações implementadas, de forma a conservar a biodiversidade aquática em sua área de influência. Além disso, possui indicadores e implementação de tecnologias que visam minimizar os impactos causados na biota aquática.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, engaja as partes interessadas sobre o tema por meio de conscientização, treinamentos em educação ambiental e divulgação de conhecimento acerca dos temas.

Possui gestão de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e implementa programas adicionais aos exigidos pelos órgãos ambientais competentes. Por exemplo, programas de conservação de tartarugas marinhas, aves marinhas e outras iniciativas voltadas para a preservação da fauna e flora marinha.

10

Descrição

Biodiversidade Aquática é um termo abrangente que considera tanto o conjunto dos ecossistemas aquáticos continentais, costeiros e marinhos como os seres vivos que vivem ou passam parte de seu ciclo biológico nestes ambientes. Parte destes organismos vivos, como peixes, moluscos, crustáceos e algas é considerado como "recurso pesqueiro" uma vez em que são alvo da atividade pesqueira.

Desta forma, todo o controle e monitoramento das ações relacionadas a biota aquática é de suma importância para a vida marinha e minimização ao máximo dos impactos negativos provenientes das atividades portuárias, como, por exemplo, ruídos subaquáticos, qualidade das águas oceânicas, condições hidrodinâmicas, monitorar a população e o comportamento dos organismos marinhos, pesca artesanal, dentre outras ações.

Os terminais portuários são enquadrados como empreendimentos de utilidade pública conforme item VIII-b do Art. 3º da Lei nº 12.651/2012 ou conforme Art. 2º item I-b da Resolução CONAMA nº 369/2006. Entretanto, qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou supressão de vegetação nativa devem ser devidamente compensados.

Além disso, a localização dos portos em zonas costeiras, produz um impacto significativo, uma vez que essas áreas são sensíveis e frágeis do ponto de vista ambiental, como por exemplo, áreas de mangue, restinga, estuários, praias, áreas de reprodução de tartarugas, etc.

Legislação: Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Nº 6.938/1981; Lei de Modernização dos Portos (Lei Nº 12.815/2013); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Decreto Legislativo Nº 3/1948; Decreto Nº 58.054/1966; Decreto Legislativo nº 002, de 3 de fevereiro de 1994;; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 11.428/2006 (proteção ao bioma Mata Atlântica); Decreto nº 5.300/2004; Resolução CONAMA nº 369/2006

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os relatórios de monitoramento e/ou controle das ações implementadas em relação a biota aquática. Em caso de atendimento a condicionante ambiental, devem apresentar também os protocolos de entrega dos respectivos relatórios aos órgãos ambientais competentes. Apresentar também os TACs e seus respectivos status de atendimento, se aplicável.

Além disso, a organização deve demonstrar todas as ações realizadas sobre esse tema Biodiversidade. Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo das embarcações.

ENVIRONMENTAL (Ambiental)

ODS relacionado

12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

HE 05: Análise de risco

Tópico: Impacto e Gestão

	<div>Não conforme</div> <p>Não há nenhum controle e/ou gerenciamento em relação à análise de risco ambiental.</p> <div>0</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>A empresa possui o levantamento e um sistema de gestão para o gerenciamento de sua análise de risco para todas as atividades inerentes a organização. Atende aos preceitos das legislações aplicáveis aos temas para o setor portuário, assim como o atendimento integral das condicionantes da licença ambiental, quando aplicável, além do correto acondicionamento/ armazenamento de produtos perigosos e Plano de controle de pragas e vetores (fauna sinantrópica). Além disso, a empresa deve possuir o Plano de Atendimento a Emergência (PAE), o Plano de Emergência Individual (PEI), Programa de Gerenciamento da Fauna Sinantrópica, Plano de Contingência, Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) e respectivos monitoramentos.</p> <div>0</div> <div>OBRIGATÓRIO</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a empresa possui sistemas de monitoramento avançados para acompanhar constantemente as condições operacionais, ambientais e de segurança no porto, permitindo uma resposta rápida a quaisquer eventos adversos; realiza auditoria interna ambiental com base na Lei nº 9.966/2000 (Art. 9º) e na Resolução CONAMA nº 306/2002; possui inspeções internas relacionadas aos riscos identificados; possui políticas e procedimentos para mitigação de riscos e possui comunicação interna e externa com as partes interessadas.</p> <div>8</div>

	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a empresa investe em tecnologias inovadoras para melhorar a segurança e a eficiência das operações portuárias, como sistemas de inteligência artificial, sensores remotos e drones para monitoramento de riscos. Além disso, facilita o diálogo e o engajamento com a comunidade local para garantir uma compreensão mútua dos riscos associados às operações portuárias e colaborar na identificação de soluções para mitigar esses riscos; divulga seus indicadores ESG, Auditoria de certificação ISO 14.001:2015 é um diferencial.</p> <div>10</div>
--	--

Descrição

O levantamento de todos os aspectos e impactos inerentes às atividades de uma organização é crucial para compreender precisamente os efeitos positivos e negativos que a empresa tem sobre o meio ambiente, as pessoas e as comunidades diretamente afetadas. A partir desse levantamento, é essencial realizar uma análise de risco para desenvolver um planejamento estratégico sobre como gerenciar os riscos identificados. Isso inclui ações para minimizar, evitar ou mitigar os impactos negativos, ao mesmo tempo em que se busca potencializar os impactos positivos.

O risco ambiental pode ser definido como a probabilidade do impacto ambiental ocorrer. A análise de risco tem por finalidade diagnosticar, avaliar e gerenciar o risco imposto ao meio ambiente e ao homem, visando à prevenção da ocorrência de acidentes e a geração de passivos ambientais.

A análise de risco contempla também documentos obrigatórios que a organização deve ter, pelo porte e tipo de atividade que exerce, como PGR, PAE, PEI, Plano/ Programa para combate a fauna sinantrópica, dentre outros considerados riscos potenciais a organização e ao meio ambiente.

Sobre o termo sinantropia, refere-se ao fenômeno ecológico fundamentado no comportamento populacional de animais associados ao ambiente em que o homem vive, isto é, adaptação de animais ao meio antrópico. O meio ambiente portuário é absolutamente convidativo na medida que proporciona abundantemente à fauna sinantrópica recursos como água, alimento e abrigo, vindos das instalações e operações que ali se desenvolvem: sucatas, entulhos, madeiras, resíduos de origem orgânica derivado tanto das operações portuárias quanto da operação de navios, galpões, silos, vagões, contêineres, especialmente relacionados à gestão de resíduos, um dos fatores de favorecimento da sinantropia nociva, ou seja, daquela que causa danos à saúde humana. Portanto, deve-se fazer parte da análise de risco.

Legislação: Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Nº 6.938/1981; Lei de Modernização dos Portos (Lei Nº 12.815/2013); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Resolução CONAMA nº 398/2008, que dispõe sobre o conteúdo mínimo do PEI; Resolução CONAMA nº 306/2002; Lei nº 9.966/2000.; Convenção de Marpol 73/78, quando aplicável; Norma da Autoridade Marítima (NORMAM – 20); RDC ANVISA nº 72/2009; IN do IBAMA nº 141/2006.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor o PAE e o PEI, atestando que as atividades executadas dentro da área de interesse estão em conformidade com a legislação vigente (Resolução CONAMA nº 398/2008), quando aplicável. Caso não seja aplicável, justificar; Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), cujo objetivo é prevenir a ocorrência de acidentes que possam causar danos ao público e ao meio ambiente e reduzir sua severidade, quando um evento desta natureza ocorrer. Normalmente é executado por meio do Plano de Atendimento a Emergência (PAE), onde são determinadas as quantidades de material empregados durante um acidente, os equipamentos necessários, o escopo dos treinamentos aos envolvidos (verificar os treinamentos, listas de presença, periodicidades, certificados, etc.) e os procedimentos de comunicação emergencial. Verificar registros de ocorrências de acidentes; relatórios de auditorias internas; documentos de monitoramento/ controle; verificação do acondicionamento correto de produtos perigosos com dispositivos de contenção; procedimentos e implementação das comunicações internas e externas; plano de controle da fauna sinantrópica.

Em caso de atendimento a condicionante ambiental e/ou envio de algum relatório, devem apresentar também os protocolos entregues aos órgãos ambientais competentes.

Além disso, a organização deve demonstrar todas as ações realizadas sobre esse tema. Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo das embarcações.



SOCIAL

HS 01: Segurança Marítima e Prevenção de Acidentes

Tópico: Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional

ODS relacionado



Não conforme

A empresa não cumpre as normas legais relacionadas a saúde e segurança ocupacional de suas atividades e não possui políticas ou iniciativas de segurança voltadas ao setor.

0

Iniciante

A organização cumpre as normas legais relacionadas a saúde e segurança ocupacional de suas atividades, mantendo documentação comprobatória; possui responsável designado para o tema, tem um Comitê Interno de Prevenção de Acidentes, possui o Plano de Ajuda Mútua (PAM), Plano de Atendimento a Emergência (PAE) e o Plano de Emergência Individual (PEI). Realiza simulados de emergência e possui as capacitações obrigatórias para os trabalhadores portuários, incluindo a Norma Regulamentadora (NR) 29 e NR 31 de atividades portuárias.

0

OBRIGATÓRIO

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui políticas e procedimentos relacionados à saúde e segurança para todas as atividades, plano de treinamento para os trabalhadores portuários e comunicação efetiva e aplicável a todos colaboradores.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui um Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional, realiza o levantamento de perigos e riscos e mapeamento e análise de riscos e oportunidades, possui programas de bem estar e saúde ocupacional para os colaboradores portuários, monitora continuamente os indicadores de segurança e saúde, realiza avaliações periódicas de desempenho e busca constantemente oportunidades de melhoria e inovação na gestão da saúde e segurança em portos (exemplos de indicadores e metas: nº de acidentes, taxa de frequência e gravidade, banco de horas, dentre outros), estabelece análise de incidentes e acidentes, realiza inspeções regulares de segurança, possui plano de treinamento e capacitação adequado para todos os níveis hierárquicos e áreas da operação da empresa, inclusive colaboradores, trabalhadores portuários, trabalhador portuário avulso (OGMO), terceiros e realiza auditorias internas, além de realizar campanhas periódicas de sensibilização e educação para o tema. Aplica as mesmas regras do SSO integralmente aos terceiros e subcontratados.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a empresa realiza a gestão das práticas de saúde e segurança junto aos seus fornecedores e realiza auditorias de segunda parte na cadeia de suprimentos. Promove programas de apoio psicossocial e bem-estar para ajudar os trabalhadores a lidar com o estresse, a fadiga e outros desafios relacionados ao trabalho portuário. Influencia positivamente em ações de melhoria contínua nos temas de Saúde e Segurança Ocupacional junto às partes interessadas que integram a Comunidade Portuária. Colabora com sindicatos, autoridades portuárias, agências reguladoras e outras partes interessadas para desenvolver e implementar políticas e práticas de segurança eficazes e sustentáveis. Auditoria de certificação ISO 45.001:2018 é um diferencial.

10

Descrição

Este indicador tem por objetivo a implementação de medidas para garantir a segurança das operações portuárias, prevenir acidentes e proteger a vida humana e o meio ambiente contra os riscos associados ao transporte/ atividades marítimas.

Um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional reúne diversas ferramentas que potencializam a eficiência da gestão dos riscos da Segurança e Saúde do Trabalho, considerando o tipo de atividade que a empresa desempenha. Garantir a segurança e saúde dos trabalhadores portuários é fundamental para as operações. Para isso, são necessários cuidados protetivos com os trabalhadores e com o ambiente de trabalho, implementação de medidas de segurança, treinamento adequado, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e protocolos de saúde ocupacional. Seguir todas as normas, mapear os riscos, utilizar equipamentos adequados e manter a manutenção em dia, evitam com que ocorram acidentes.

Uma das legislações pertinentes as atividades portuárias que deve ser seguida pelas empresas, é a Norma Regulamentadora (NR) nº 29, que tem por objetivo estabelecer as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no trabalho portuário e as diretrizes para a implementação do gerenciamento dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho.

Legislação: Lei de Modernização dos Portos (Lei Nº 12.815/2013); Resolução CONAMA nº 398/2008; NR 29 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e regulamenta o PAM – Plano de Ajuda Mútua; NR 30 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário; RDC ANVISA nº 72/2009; LEI Nº 9.711, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998; dentre outros pertinentes as atividades.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor o levantamento dos perigos e riscos, formas de controles e ações para eliminar ou mitigar os mesmos; levantamento dos riscos e oportunidades, programas de bem estar e saúde ocupacional para os colaboradores portuários, incluindo os avulsos (OGMO), indicadores e metas de segurança e saúde ocupacional (nº de acidentes, taxa de frequência e gravidade, banco de horas, dentre outros); registros de ocorrências, análise e tratativas de incidentes e acidentes; registros de realização de auditorias internas; políticas e procedimentos relacionados à saúde e segurança de todas as atividades; plano de treinamento e capacitação para todos os envolvidos nas operações portuárias, ou seja, documentos que demonstrem a implantação de um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional.

Documentação comprobatória do cumprimento das exigências legais de Segurança e Saúde Ocupacional, incluindo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), registros de fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), fichas de EPIs assinadas, avaliação dos riscos relacionados à insalubridade, periculosidade e outros riscos potenciais, entre outros documentos relevantes. Isso engloba também a cadeia de fornecimento, abrangendo terceiros e subcontratados. Além disso, é necessário fornecer evidências de que estão sendo realizadas comunicações efetivas sobre questões de segurança e saúde ocupacional, garantindo que todas as partes interessadas estejam informadas e engajadas na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Documentação do Plano de Ajuda Mútua (PAM), Plano de Atendimento a Emergência (PAE) e o Plano de Emergência Individual (PEI) e evidências de realização de simulados, bem como os treinamentos dos envolvidos, garantindo o cumprimento dos requisitos exigidos em uma operação portuária.

Além disso, o auditor deve por meio de entrevistas obter outras evidências das condições de Segurança e Saúde do trabalhador, observando também em campo se os colaboradores estão cumprindo os procedimentos de segurança e utilizando os EPIs necessários

Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo e de Máquinas das embarcações.



SOCIAL

HS 02: Desenvolvimento Local e Relacionamento com as comunidades

Tópico: Gestão de Impactos Sociais

ODS relacionado



Não conforme

A empresa não possui qualquer ação relacionada ao desenvolvimento local e relacionamento com as comunidades do entorno. Apenas há a contribuição para a arrecadação de tributos, obrigatórios por lei, quando aplicável ao tipo de empresa/ instalação.

0

Iniciante

A empresa realiza um levantamento de riscos e impactos sociais relacionados as comunidades de entorno em relação as suas atividades, identificando as ações necessárias para evitar, minimizar ou mitigar tais impactos negativos. Prioriza a contratação de mão de obra local e de fornecedores locais. O canal de comunicação é reativo, as informações são escassas e pouco claras, ou seja, não existem canais formais estabelecidos com a comunidade local.

4

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, possui implementado o Programa de Comunicação Social, quando aplicável, e/ou um plano de ação com diretrizes e cronogramas (frente aos impactos sociais identificados). A empresa prioriza a contratação de mão de obra local e de fornecedores locais, compondo um quadro maior que 50% do total de colaboradores e fornecedores. A empresa possui canais formais de comunicação efetiva com as comunidades locais, informando aos moradores a realização de operações que impactam no cotidiano. As demandas das comunidades são consideradas e tratadas de maneira oportuna e eficaz. Apoia projetos sociais e ambientais conduzidos por organizações locais e ONGs, fortalecendo parcerias e maximizando o impacto positivo nas comunidades circunvizinhas.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, possui um Comitê de Responsabilidade Social responsável por identificar demandas e parceiros locais e definir os projetos e ações a serem apoiados pela Organização (como por ex. atividade pesqueira). O quadro de colaboradores e fornecedores locais é maior que 70% e possui programas de capacitação para a população local. Possui um Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais, promovendo oportunidades de negócios para pequenas e médias empresas da região. Possui canais formais estabelecidos para compartilhar informações e atualizações, e os engajamentos são consistentes e há esforços contínuos para melhorar. Existe um processo estruturado para coletar, analisar e responder as interações com as comunidades, com ações corretivas implementadas quando necessário.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, realiza investimentos de infraestrutura na região, com o objetivo de desenvolver as comunidades e reduzir os danos causados pelas operações. Possui integração com as universidades, para auxiliar no atendimento das demandas da população e bem estar da comunidade local. Patrocina eventos culturais, esportivos e sociais na comunidade local, fortalecendo os laços sociais e culturais. Engajamento constante com a população local. Comunicam e inserem nos simulados de emergência as comunidades locais.

10

Descrição

As políticas públicas voltadas ao setor portuário acabam sendo fundamentadas em conceitos conservadores e ficam restritas ao fator econômico, portanto, é necessária a adoção de um novo paradigma em razão das mudanças sociais, uma vez que indicadores exclusivamente econômicos não atendem as necessidades da comunidade. Dessa forma, é imprescindível o levantamento de todos os impactos positivos e negativos do setor, no intuito de implementar medidas para evitar, minimizar, mitigar e até mesmo compensar tais impactos, a fim de engajar e melhorar a qualidade de vida da população de entorno da organização e que são diretamente afetadas pelas atividades portuárias. A gestão de relacionamento com as comunidades é essencial para o sucesso e a sustentabilidade das operações. Manter uma comunicação aberta e transparente com as comunidades locais é essencial para entender suas preocupações e necessidades, e responder de maneira apropriada. Esses critérios e níveis de avaliação são essenciais para aprimorar a gestão do relacionamento com as comunidades locais, permitindo identificar áreas de excelência e oportunidades de aprimoramento nesse aspecto. Essa avaliação contribui para operações mais eficientes, sustentáveis e socialmente responsáveis.



Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976); Código Civil (Lei nº 10.406/2002); Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); dentre outras pertinentes as atividades.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor documentos que incluam o mapeamento de todas as comunidades locais relevantes para a organização, juntamente com a realização de uma Análise de Interesses e Expectativas de cada comunidade identificada. Isso também inclui a identificação de grupos vulneráveis, quando aplicável.

Além disso, é necessário apresentar uma avaliação da comunicação e do engajamento, incluindo uma análise da eficácia dos canais de comunicação utilizados para interagir com as populações locais. Também é importante avaliar os mecanismos para coletar feedback e verificar se esse feedback é considerado na tomada de decisões. Monitoramento de indicadores de desempenho relacionados à sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

Relatório do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores.

Evidências de resolução de conflitos e mediação, sistema, procedimentos claros para resolver os conflitos de forma justa e eficaz, promovendo a colaboração e a resolução de problemas.

Demonstração de realização de parcerias estratégicas, iniciativas conjuntas e participação em projetos de interesse mútuo.

Relatório de monitoramento de Programas de Comunicação Social e/ou projetos sociais implementados; evidências de doações realizadas, investimentos realizados, constituição do Comitê, se houver.

Quando aplicável, verificar o Diário de Bordo e de Máquinas das embarcações.



SOCIAL

HS 03: Investimento Social Privado (ISP)

Tópico: Gestão de Impactos Sociais

ODS relacionado



	<div>Não conforme</div> <p>A empresa não realiza investimento social privado.</p> <div>0</div>
	<div>Iniciante</div> <p>A empresa realiza investimento social privado pontual, de forma aleatória, sem qualquer planejamento.</p> <div>4</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>A empresa realiza investimento social privado de forma planejada, monitorada e sistemática.</p> <div>6</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a empresa possui um Instituto ou Fundação que desenvolve projetos e programas de interesse público, por meio de iniciativas e causas diversas como social, ambiental, cultural e científica.</p> <div>8</div>

	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a empresa é associada a rede GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), e divulga informações e investimentos referentes aos projetos e programas sociais de forma transparente.</p> <div>10</div>
--	---

Descrição

Investimentos sociais privados (ISPs) são repasses voluntários de recursos privados feitos por empresas e/ou seus institutos e fundações para projetos de interesse público. Os investidores sociais contribuem para o impulsionamento de transformações sociais no país por meio do desenvolvimento de projetos próprios e pelo apoio, institucional ou via projetos, constituindo-se, assim, em importantes atores na promoção e na sustentabilidade dessas organizações. Desta forma, segue alguns exemplos de Investimentos Social Privado: apoio a organizações locais por meio de Incentivos Fiscais; doações locais que vão além da Lei de Incentivo Fiscal; cursos de capacitação e profissionalização para OSCs locais; atividades econômico produtivas em conjunto (por exemplo parte da produção de produtos realizadas em parceria com APAE, com sistema prisional, etc.); monitoramento e gestão dos impactos das atividades ISP na região; dentre outros.

Legislação: Leis de incentivo fiscal.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor documentos comprobatórios sobre os investimentos sociais privados realizados, especificando quais projetos, público-alvo, temas, dentre outras evidências pertinentes de forma a comprovar a implementação das ações sociais.



GOVERNANÇA

HG 01: Eficiência Operacional

Tópico: Desenvolvimento do negócio

ODS relacionado



Não conforme

0

A Empresa não possui procedimentos operacionais estabelecidos, os processos são manuais e desorganizados, falta planejamento e coordenação das operações/ atividades. Utiliza equipamentos e infraestrutura obsoletos, não possui monitoramento, análise de desempenho e tecnologias para automação de processos (quando aplicável).

Iniciante

4

A empresa possui implementado procedimentos básicos para algumas operações/ atividades. Possui investimento mínimo em atualização de equipamentos, iniciativas para reduzir os tempos de espera e melhorar a eficiência na movimentação de cargas (quando aplicável), iniciativas esporádicas de melhoria da eficiência, início de monitoramento básico do desempenho, início da adoção de tecnologia para automação de processos simples em algumas áreas (se aplicável).

Sensibilizada

6

A empresa possui procedimentos operacionais padronizados e documentados, investimento em modernização de equipamentos e infraestrutura, tempo de espera razoável para carga e descarga (quando aplicável), iniciativas proativas para melhorar a eficiência operacional, monitoramento avançado do desempenho, com análise de dados para identificar oportunidades de melhoria, implementação de sistemas automatizados em várias áreas, aumentando a eficiência operacional.

Consciente

8

Além de atender ao nível anterior, os processos operacionais são otimizados e revisados regularmente, infraestrutura moderna e adaptada às necessidades atuais, tempo de espera mínimo para carga e descarga (quando aplicável), melhoria contínua e iniciativas de inovação para aumentar a eficiência. Foco em resultados e excelência operacional, implementação de sistemas de gerenciamento de frota e logística, uso abrangente de tecnologia e automação em várias operações/ atividades. Implementação de sistemas de gestão de ativos para otimizar a manutenção preventiva e preditiva de equipamentos e infraestrutura portuária, maximizando sua vida útil e reduzindo custos de manutenção.

Engajada

10

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui as melhores práticas estabelecidas e compartilhadas em toda a organização, investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, tempo de espera mínimo ou inexistente para carga e descarga (quando aplicável), cultura de melhoria contínua e inovação, análise avançada de dados para previsão e otimização de operações, total automação de processos e reconhecimento global como benchmarking em termos de excelência operacional e eficiência. Adota medidas para reduzir o consumo de energia nas operações portuárias, incluindo o uso de tecnologias de eficiência energética em equipamentos e instalações, bem como a implementação de práticas de conservação de energia. Implementa sistemas de gestão da qualidade para garantir a conformidade com padrões internacionais e regulamentações aplicáveis, bem como para monitorar e melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.

Descrição

A eficiência operacional é fundamental para a competitividade, sustentabilidade e crescimento econômico de um porto e da região que ele serve. Portos eficientes são essenciais para a eficácia e a competitividade das cadeias de suprimentos globais.

A eficiência operacional permite oferecer serviços mais competitivos aos clientes, como armadores e empresas de logística. Empresas mais eficientes podem oferecer tempos de espera mais curtos, processos de carga e descarga mais rápidos e menor burocracia, o que os torna mais atraentes em comparação a outras empresas.

Operações portuárias eficientes podem reduzir o impacto ambiental associado às atividades portuárias. Ao otimizar processos, reduzir tempos de espera e utilizar tecnologias mais limpas, os portos podem minimizar a poluição do ar e da água, bem como mitigar outros impactos ambientais adversos.

O objetivo desse indicador é que os portos marítimos identifiquem sua posição atual em termos de eficiência operacional, identifiquem áreas de melhoria e implementem medidas direcionadas à excelência em eficiência, redução de custos, melhoraria na qualidade dos serviços prestados, conduzindo a operações portuárias mais eficientes e sustentáveis.

Legislação: Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013); Regulamento para Exploração de Portos Organizados (Decreto nº 8.033/2013); Regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). É importante que as empresas estejam cientes das leis e regulamentos aplicáveis em sua jurisdição e setor, e que busquem conformidade e práticas operacionais eficientes dentro desse quadro regulatório.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor documentos de monitoramento de indicadores de desempenho, como tempo de espera, velocidade de carga e descarga (quando aplicável), avaliando a rapidez com que as cargas são carregadas e descarregadas dos navios, disponibilidade dos equipamentos e o uso eficiente dos mesmos.

Disponibilizar procedimentos e planejamento das operações (operações portuárias requerem um planejamento cuidadoso e uma coordenação eficiente entre todas as partes envolvidas, incluindo autoridades portuárias, agências governamentais, operadores de terminais, transportadores e empresas de logística).

Qualificação da mão de obra, plano de inspeção e manutenção dos equipamentos (como guindastes, empilhadeiras, esteiras transportadoras e veículos de transporte).

Avaliar in loco a disponibilidade de áreas de armazenamento, se estão adequadas e se tem capacidade de manuseio de cargas.

Disponibilização de informações que permitam avaliar a segurança e proteção de trabalhadores (prevenção e análise de acidentes), bem como para equipamentos e cargas.



GOVERNANÇA

HG 02: Inspeção de cargas de containers

Tópico: Segurança Aduaneira

ODS relacionado



Não conforme

A empresa não possui sistemas ou procedimentos para a implementação de scanners de contêineres.

0

Iniciante

A empresa não possui scanners de contêineres. A verificação é realizada por conferência física por meio de amostragem.

0

OBRIGATÓRIO

Sensibilizada

A empresa possui equipamentos de inspeção não-invasiva de cargas, como scanners de raio-x, cujas imagens são enviadas em tempo real a Receita Federal e outros órgãos anuentes, quando necessário. Entretanto, ainda não escaneia 100% das cargas de importação e exportação. Possui uma equipe treinada para operação do equipamento e toma as medidas necessárias para a segurança dos operadores.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a empresa possui um sistema de escaneamento de contêineres bem estabelecido e eficaz, com políticas e procedimentos bem definidos para sua operação. Escaneia 100% das cargas de importação e exportação, o que mostra comprometimento com operações seguras e sérias, elevando o nível de segurança e eficiência. A equipe de operadores possui treinamentos periódicos, sendo procedimentado, assim como as medidas de segurança e exames obrigatórios. Além disso, a empresa realiza as devidas manutenções nos equipamentos, garantindo assim a conformidade e eficácia contínua do sistema.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a empresa está continuamente buscando melhorias e inovações nesse tema. Investem em tecnologia de ponta, colaboram e são parceiros de órgãos de controle e fiscalização e participam ativamente de iniciativas para fortalecer a segurança portuária em geral. A empresa engaja seus colaboradores e partes interessadas sobre inspeções de cargas e sua importância, e temas como procedimentos de segurança, identificação de ameaças e manipulação adequada de cargas suspeitas, dentre outros pertinentes. A empresa é referência no tema.

10

Descrição

A inspeção de cargas e containers é um processo de verificação, que determina se os objetos transportados estão íntegros e dentro da legalidade exigida no país. Ela ainda serve como uma garantia para evitar questionamentos e cobranças diante de algum possível erro.

O escaneamento de contêiner é um processo que visa atender aos órgãos anuentes do terminal e tem como finalidade registrar através de equipamentos de Raio-X imagens das mercadorias dentro do contêiner sem a necessidade da abertura do mesmo. Essas imagens são disponibilizadas para os órgãos anuentes que avaliam a necessidade de fazer ou não uma vistoria física.

Assim, permitem que as autoridades aduaneiras detectem contrabando de mercadorias ilegais, como drogas, armas, produtos falsificados e bens sujeitos a taxas ou restrições de importação/exportação. Eles ajudam a prevenir a entrada de materiais perigosos ou substâncias que representam ameaças à segurança nacional, como explosivos, materiais radioativos ou agentes biológicos. Podem identificar materiais utilizados em ataques terroristas, como componentes para fabricação de explosivos improvisados, armas de destruição em massa ou equipamentos militares ilegais.

Além disso, ao invés de inspecionar manualmente cada contêiner, o que seria demorado e custoso, os scanners permitem uma verificação rápida e eficiente do conteúdo, acelerando o processo de liberação aduaneira.

A capacidade de examinar o interior dos contêineres sem abrir fisicamente reduz os riscos para os funcionários de segurança, evitando a exposição a substâncias perigosas ou a possibilidade de armadilhas ocultas.

Por fim, o uso de scanners de contêineres fortalece a segurança em portos e fronteiras, ajudando a proteger as fronteiras nacionais contra a entrada ilegal de mercadorias e ameaças.

Legislação: Regulamento Aduaneiro (Decreto-Lei nº 37/1966 e Decreto nº 6.759/2009); Lei do AFRMM - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (Lei nº 10.833/2003); Imposto de Importação e o processo de importação no Brasil (Decreto nº 4.543/2002); Instrução Normativa para a utilização de sistemas de inspeção não intrusiva de cargas (scanner) (RFB nº 1.603/2015); Identificação criminal do civilmente identificado (Lei nº 12.037/2009); Instrução Normativa para utilização de scanners de cargas para despacho aduaneiro (RFB nº 1.984/2020); Ato Declaratório Executivo Coana nº 27, publicado pela RFB em 2010; Lei nº 12.350/2010.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor políticas e procedimentos da empresa relacionados ao uso de scanners de contêineres; procedimentos ou diretrizes para a seleção, instalação, operação e manutenção dos scanners; políticas de segurança e privacidade de dados relacionadas ao uso das informações obtidas pelos scanners.

Documentos que comprovem que os funcionários responsáveis pela operação dos scanners receberam treinamento adequado, se há programas de conscientização sobre segurança para os operadores dos scanners, abordando procedimentos de segurança, identificação de ameaças e manipulação adequada de cargas suspeitas.

Evidências de programa de manutenção preventiva para os scanners, incluindo verificações regulares, testes de funcionamento nos scanners para garantir que estejam operando corretamente e se estão produzindo imagens de qualidade, calibração e reparos quando necessário, bem como os registros de manutenção para garantir que as atividades de manutenção sejam realizadas conforme programado.

Comprovação de os scanners estão em conformidade com as regulamentações locais e internacionais de segurança aduaneira e que a empresa está seguindo as diretrizes e padrões estabelecidos por autoridades reguladoras ou organizações internacionais relevantes.

In loco, avaliar a existência e a localização dos scanners de contêineres nas instalações portuárias ou de fronteira e as questões de infraestrutura de suporte, como alimentação elétrica, rede de comunicação e área de operação dos scanners. Além disso, verificar todo o procedimento de inspeção de cargas de containers.





PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL H

Setor Portuário - Marítimo

